



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

19235 - Resumo Expandido - Trabalho - 42ª Reunião Nacional da ANPEd (2025)

ISSN: 2447-2808

GT22 - Educação Ambiental

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA AMAZÔNIA: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PROFESSORAS NO ÂMBITO DO PROGRAMA SUSTENTAÇÃO

Regina Aparecida da Silva - UFR Universidade Federal de Rondonópolis

Agência e/ou Instituição Financiadora: MEC

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA AMAZÔNIA: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PROFESSORAS NO ÂMBITO DO PROGRAMA SUSTENTAÇÃO

INTRODUÇÃO

Vivemos um momento histórico marcado pelo agravamento das crises sociais e ambientais. O desenvolvimento capitalista tem se sustentado na exploração intensiva da natureza, gerando resíduos e esgotando bens naturais de forma insustentável. As mudanças climáticas são visíveis e preocupantes: no Brasil, convivemos com eventos extremos como as secas na Amazônia em 2023 e as enchentes no Rio Grande do Sul em 2024. Os impactos dessa degradação afetam principalmente as populações economicamente vulnerabilizadas, que perdem serviços ecossistêmicos devido a uma lógica predatória que favorece grupos hegemônicos.

Nesse contexto de emergência climática e injustiça socioambiental, aumentam os conflitos sociais, as desigualdades de gênero, as perdas culturais e os processos de exclusão. O modelo de desenvolvimento, baseado em uma racionalidade globalizante e mercantil, está dissociado do cuidado com a vida. Diante disso, a educação é chamada a desempenhar um papel central, por meio de formações e projetos voltados à justiça ambiental, à equidade social e à construção de modos de vida sustentáveis.

É nesse cenário que surge o Curso de Aperfeiçoamento em Educação Ambiental, promovido pela Universidade Federal de Rondonópolis, no âmbito do Programa SustentAção:

Juventudes, escolas e territórios ambientalmente educadores e potencialmente transformadores. Com 180 horas (40 presenciais e 140 a distância), o curso atende 300 profissionais da educação de escolas públicas de ensino médio em Mato Grosso, estruturando-se em cinco polos regionais: Alta Floresta, Cáceres, Chapada dos Guimarães, Cuiabá e Rondonópolis. A proposta articula ensino, pesquisa, extensão e produção coletiva de materiais pedagógicos, com base nos princípios do bem viver, da democracia participativa e da justiça socioambiental.

A importância da iniciativa é reforçada pelo diagnóstico do Programa Sustentação (MEC, 2024), que aponta a fragilidade da educação ambiental no ensino médio. Embora 69% das escolas declarem desenvolver projetos na área (SAEB – INEP, 2022), muitos ainda têm pouca efetividade no cotidiano escolar (Censo Escolar – INEP, 2022). Além disso, apenas 7,5% dos docentes e 0,2% dos gestores participaram de formações continuadas em educação ambiental nos últimos oito anos (INEP, 2020), evidenciando a urgência de políticas públicas estruturantes.

O curso justifica-se como uma formação essencial para a efetivação da Política Nacional de Educação Ambiental, a valorização dos saberes territoriais e o fortalecimento de práticas pedagógicas emancipadoras. O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a concepção e os caminhos formativos dessa experiência em Mato Grosso, compreendendo suas contribuições enquanto tática educativa e política de resistência, em tempos marcados pela intensificação das violências ambientais, da negação da ciência e do avanço dos neoconservadorismos sobre a escola pública, os territórios e os direitos dos povos.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, orientada por princípios dialógicos e emancipatórios, cujas compreensões partem das vivências pedagógicas desenvolvidas na concepção do Curso de Aperfeiçoamento em Educação Ambiental, em execução no estado de Mato Grosso. A investigação fundamenta-se na análise documental do projeto formativo, das ementas e conteúdo dos módulos, das atividades avaliativas previstas e das propostas de produção de materiais educativos e educacionais para e com as(os) cursistas.

A pesquisa inspira-se na pedagogia freireana, especialmente na escuta sensível dos sujeitos e dos territórios, reconhecendo os educadores e educadoras como protagonistas do conhecimento e da transformação social. Parte-se da compreensão de que os processos de ensino-aprendizagem se constroem a partir das realidades locais e das experiências compartilhadas entre os diferentes protagonistas educacionais, em constante diálogo com os desafios socioambientais vividos nos contextos em que as escolas estão inseridas.

O CURSO DE APERFEIÇOAMENTO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O Curso de Aperfeiçoamento em Educação Ambiental, desenvolvido no âmbito do Programa SustentAção, ancora-se nos marcos legais da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795/1999), que estabelece, entre outros princípios, a educação ambiental como componente essencial e permanente na formação de todos os cidadãos, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do ensino, de maneira integrada aos projetos político-pedagógicos das instituições educacionais. A proposta formativa também dialoga com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (Resolução CNE/CP nº 2/2012), especialmente ao reconhecer a importância da transversalidade, da intersetorialidade, da formação continuada e do fortalecimento da cidadania ativa e democrática.

No esforço de efetivar tais diretrizes, o curso estabelece uma ampla rede de parcerias institucional envolvendo as Secretarias Estaduais de Educação e Meio Ambiente, universidades públicas, organizações da sociedade civil, e o próprio Ministério da Educação, por meio da Coordenação Geral de Educação Ambiental para a Diversidade e Sustentabilidade (CGAMS), da Diretoria de Políticas de Educação do Campo e Educação Ambiental (DIPECEA) e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). Essa articulação interinstitucional permite que o curso avance na construção de um processo formativo situado, sensível às realidades territoriais e conectado aos desafios e potencialidades das escolas públicas localizadas em áreas de influência direta e indireta das Unidades de Conservação no estado de Mato Grosso.

Em Mato Grosso, firmamos um termo de cooperação com a Secretaria Estadual de Educação integrando o Curso de Aperfeiçoamento em Educação Ambiental ao Programa Anual de Gratificação por Resultados. Essa articulação possibilitou que o curso se tornasse um incentivo concreto para professores e gestores da rede pública estadual, ampliando o interesse e a procura, especialmente entre as escolas vinculadas ao Ensino Médio, público-alvo da formação.

Um dos aspectos inovadores do curso está na concepção e produção de materiais pedagógicos e educacionais desenvolvidos em parceria com os próprios cursistas, como parte da experiência formativa. A produção de fascículos, fanzines, vídeos, blogs e outros formatos expressivos tem o duplo papel de materializar os saberes produzidos ao longo dos módulos e de ampliar a circulação de práticas de educação ambiental em rede, promovendo uma cultura de partilha, autoria e protagonismo docente

Os módulos e as práticas vivenciais

De acordo com Sato (2005, p 45) “A Educação Ambiental deve se configurar como uma luta política, compreendida em seu nível mais poderoso de transformação: aquela que se revela em uma disputa de posições e proposições sobre o destino das sociedades, dos territórios e das desterritorializações; que acredita que mais do que conhecimento técnico-

científico, o saber popular igualmente consegue proporcionar caminhos de participação para a sustentabilidade através da transição democrática”. Concordamos com Sato, e buscamos nessa formação em educação ambiental uma ementa que aborda temas atuais e importantes, os módulos foram organizados nestas temáticas:

- Módulo 1: Educação Ambiental
- Módulo 2: Territórios e Identidades no entorno das Unidades de Conservação
- Módulo 3: Emergência Climática e Sustentabilidade
- Módulo 4: Educomunicação, Participação social e Protagonismo Juvenil

Ao explorarmos a construção dos quatro módulos formativos evidenciamos o compromisso do curso com uma abordagem crítica e transformadora da educação ambiental. No Módulo 1 – Educação Ambiental, o foco recai sobre os marcos legais e conceituais da área, com destaque para as perspectivas popular e comunitária, as escolas sustentáveis e o reconhecimento das trajetórias pessoais por meio da elaboração de biografias ecológicas. Esse primeiro momento provoca o reconhecimento dos vínculos identitários com a natureza, revalorizando os saberes experienciados e sensibilizando os educadores para o papel ético e político da Educação Ambiental.

O Módulo 2 – Territórios e Identidades no entorno das Unidades de Conservação, promove reflexões sobre diversidade sociocultural, equidade, direitos territoriais e bem viver. Por meio de mapeamentos participativos, os cursistas são convidados a identificar os grupos sociais em condição de vulnerabilidade e as dinâmicas locais de invisibilização e resistência. Esse módulo fortalece o olhar para as injustiças ambientais, conectando o fazer pedagógico com as lutas concretas por reconhecimento dos diferentes grupos sociais do Estado de Mato Grosso.

No Módulo 3 – Emergência Climática e Sustentabilidade, as discussões giram em torno dos conflitos socioambientais e das injustiças climáticas. Ao mapear os impactos das mudanças ambientais/climáticas nos territórios escolares e nas comunidades, os cursistas desenvolvem compreensões críticas que articulam ciência, território e experiência vivida. Trata-se de um momento formativo que impulsiona a construção de alternativas à racionalidade desenvolvimentista dominante, buscando caminhos de transição ecológica enraizados nos contextos locais.

Por fim, o Módulo 4 – Educomunicação, Participação Social e Protagonismo Juvenil, amplia o campo de atuação da educação ambiental ao incorporar ferramentas de comunicação popular, tecnologias digitais e práticas de escuta e mobilização juvenil. A proposta reconhece a juventude como sujeito político central na transformação socioambiental, valorizando suas narrativas, linguagens e formas de engajamento. As produções educacionais desenvolvidas nesse módulo são expressão do diálogo entre cultura, território e protagonismo

juvenil.

Apesar dos avanços, os desafios de implementação ainda são muitos. A precarização do trabalho docente, a sobrecarga nas escolas, a falta de políticas públicas contínuas e o avanço de narrativas negacionistas e conservadoras dificultam a consolidação de práticas de educação ambiental crítica. Ainda assim, o curso mostra que é possível fortalecer a dimensão política da educação, criar vínculos entre escola e comunidade e sustentar formações continuadas enraizadas nos territórios.

Um dos principais legados do Programa SustentAção é a articulação entre universidade, escolas e comunidades, configurando-se como espaço contrahegemônico de formação e resistência. A construção coletiva de saberes, a valorização de epistemologias populares, a escuta e o fortalecimento do protagonismo docente e discente evidenciam a educação ambiental como campo de luta e tática de (re)existência frente às violências do presente.

CONSIDERAÇÕES ESSENCIAIS

As incertezas futuras estão sendo sentidas em diversas dimensões. Por isso, é preciso redescobrir valores e uma nova relação entre sociedade e natureza. Neste ponto, se fortalece o nosso compromisso como educadores ambientais, na reorientação de novos valores e escolhas, na reconstrução de novas realidades e de novos estilos de vida, que permitam o respeito e a resistência das diversidades naturais e das diferenças culturais. Sem substituição de modelos uniformes, porém compreendendo que não existe um único caminho, é preciso fortalecer as identidades de resistência e os múltiplos caminhos das sociedades sustentáveis – sempre no plural! (Silva, 2011).

O grande educador, Paulo Freire (1978), afirmava que a educação, sozinha, não muda o mundo, mas pode transformar pedaços dele. E quem muda um pedaço, pode mudar o todo. Este curso formativo assume esse compromisso: contribuir, ainda que um pouco, para transformar realidades, por meio de reflexões e práticas nas comunidades escolares, promovendo formação, educomunicação e participação nas políticas públicas que enraízam a educação ambiental nos contextos locais.

O Curso de Aperfeiçoamento em Educação Ambiental, no âmbito do Programa SustentAção, mostra a força das formações continuadas territorializadas, especialmente em contextos marcados por desigualdades socioambientais e pela ameaça de discursos neoconservadores. Ao articular a Política Nacional de Educação Ambiental com as práticas escolares cotidianas, reafirma-se o papel central da formação docente na construção de projetos emancipatórios.

As atividades dos quatro módulos evidenciam a relevância de espaços que reconheçam o território como produtor de saberes, valorizem a escuta dos sujeitos e

incentivem a criação coletiva de materiais pedagógicos e educomunicativos. Práticas como mapeamentos participativos, biografias ecológicas e produções educomunicativas reforçam uma educação ambiental vivida como prática social e ação transformadora.

O Programa SustentAção se revela como uma tática de reexistência e reinvenção pedagógica. A experiência indica que é possível desenvolver formações baseadas em valores contra-hegemônicos como o bem viver, a justiça ambiental, a democracia e o protagonismo juvenil.

Conclui-se que investir em formações que integrem universidade, escolas e comunidades, em diálogo com os territórios e seus sujeitos, é essencial para fortalecer uma educação ambiental crítica, política e popular. Os caminhos formativos do SustentAção ajudam a tecer redes de resistência, cuidado e transformação das escolas e das comunidades — pois educar não é só compreender o mundo, é também buscar transformá-lo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política da Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm . Acesso em: 17 jul 2024.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb**. Ano de referência: 2022. Publicado em: 2023.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar**. Ano de referência: 2022. Publicado em: 2023.

MEC. SECADI. **Termo de referência**: Programa Sustentação. Brasília: MEC, 2024.

SATO, Michèle. et al. Jogo de luzes: sombras e cores de uma pesquisa em educação ambiental. **Revista de Educação Pública**, v.13, n.23, 31-55, 2004.

SILVA, Regina Aparecida da. **Do invisível ao visível**: o mapeamento dos grupos sociais do estado de Mato Grosso – Brasil / Regina Aparecida da Silva. 222f. Tese (Doutorado) – São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2011.